

Banco StoneX S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos
semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e
exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Carta de Apresentação

Ao Banco Central do Brasil,

O Banco StoneX S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 28.811.341/0001-66, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, encaminha as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas dos esclarecimentos requeridos, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa BCB nº 601/25.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas estarão publicadas até o dia 31 de agosto de 2026, no sítio eletrônico da Instituição.

3. Por fim, a Administração do Banco StoneX S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos encaminhados, bem como pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e pela manutenção dos controles internos necessários à sua elaboração.

Atenciosamente,

GLAUCO PUCCINELLI MONTE
Diretor Presidente

SÉRGIO RAMOS LENHARO
Contador CRC-1SP 269.242/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco StoneX S.A. ("Banco") apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco apurou lucro líquido de R\$ 10.699 mil, em comparação ao lucro líquido de R\$ 10.201 mil registrado no semestre findo em 30 de junho de 2025. O resultado por ação diminuiu de R\$ 0,39 para R\$ 0,12 em razão do aumento da quantidade de ações decorrente da capitalização de reservas.



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Ilmos. Srs.

Acionistas e Diretores do

Banco StoneX S.A. (“Banco”)

São Paulo, SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco StoneX S.A. (“Banco”)** que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco StoneX S.A. (“Banco”)**, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação ao **“Banco”**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção ao seguinte assunto:

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, no semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do “**Banco**” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do “**Banco**” é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do “**Banco**” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do “**Banco**” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ii. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do “**Banco**”.

- iii. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- iv. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do “**Banco**”. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao “**Banco**” a não mais manter-se em continuidade operacional.
- v. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Finaud Auditores Independentes SS

CNPJ: 20.824.537/0001-83

CRC 2 SP 032.357/O-0

CVM: 12.238

Almir Matias Gruje

Contador

CRC 1 SP 212.435/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	5	34.389	9.922
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		125.692	115.138
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	110.200	96.800
Títulos e valores mobiliários	6	15.492	18.338
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.776	263
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.776	263
Ativos fiscais correntes e diferidos	14.d	8.294	26.719
Outros ativos		707	420
Imobilizado de uso	8	831	945
Imobilizações de uso		2.326	2.297
(-) Depreciações acumuladas		(1.495)	(1.352)
Total do ativo		171.689	153.407
Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		894	174
Instrumentos financeiros derivativos	7	894	174
Provisões		14.521	34.395
Sociais e estatutárias	9.a	5.893	14.482
Fiscais e previdenciárias	9.b	6.555	18.348
Outras	9.c	2.073	1.565
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14.e	1.237	1.163
Outros passivos	10	44.610	17.947
Patrimônio líquido		110.427	99.728
Capital social	11.a	86.000	26.000
Reservas de lucros	11.b	14.263	73.728
Lucros acumulados	11.c	10.164	-
Total do passivo e patrimônio líquido		171.689	153.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receita de intermediação financeira		53.708	53.877
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		6.847	5.583
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.150	1.054
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		45.711	47.240
Resultado bruto da intermediação financeira		53.708	53.877
Outras receitas/(despesas) operacionais		(27.703)	(28.376)
Despesas de pessoal	18.a	(13.954)	(14.275)
Outras despesas administrativas	18.b	(4.286)	(2.484)
Despesas tributárias	18.c	(3.348)	(6.788)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18.d	(6.115)	(4.829)
Resultado operacional		26.005	25.501
Resultado não operacional		(38)	(27)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		25.967	25.474
Imposto de renda e contribuição social	14.a	(12.938)	(10.848)
Participações no lucro		(2.330)	(4.425)
Lucro líquido do semestre		10.699	10.201
Quantidade de ações		86.000.000	26.000.000
Resultado por ação (R\$)		0,12	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025**

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	10.699	10.201
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	10.699	10.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legais	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2024	26.000	3.828	48.234	-	78.062
Lucro líquido do semestre	-	-	-	10.201	10.201
Constituição reserva legal	-	510	-	(510)	-
Saldo em 30/06/2025	26.000	4.338	48.234	9.691	88.263
Saldo em 31/12/2025	26.000	4.911	68.817	-	99.728
Aumento de capital por reserva estatutária	60.000	-	(60.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	10.699	10.699
Constituição reserva legal	-	535	-	(535)	-
Saldo em 30/06/2026	86.000	5.446	8.817	10.164	110.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		10.699	10.201
Ajustes para:			
Depreciações		143	142
Lucro líquido ajustado		10.842	10.343
Variações patrimoniais:			
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		2.846	(1.054)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(793)	(97)
(Aumento) em outros ativos		(287)	(600)
(Aumento)/redução em ativos fiscais correntes e diferidos		18.425	(6.640)
(Redução) em provisões		(19.874)	(12.716)
Aumento em obrigações fiscais correntes e diferidas		74	543
Aumento em outros passivos		26.663	12.593
Caixa gerado pelas atividades operacionais		37.896	2.372
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(29)	(99)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		37.867	2.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		106.722	103.887
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	144.589	106.160
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		37.867	2.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional:

O Banco StoneX S.A. ("Banco"), anteriormente denominado StoneX Banco de Câmbio S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 28.811.341/0001-66, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma instituição financeira integrante do grupo StoneX Group Inc.

O Banco iniciou suas atividades em 2 de abril de 2018, após a obtenção da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em julho de 2023, o Banco passou a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), assumindo a liquidação de suas operações de câmbio e de ativos financeiros no Sistema de Transferência de Reservas (STR).

Em fevereiro de 2026, mediante autorização do BACEN, o Banco passou a atuar como banco comercial, mantida a autorização para operar no mercado de câmbio, passando a adotar a denominação social Banco StoneX S.A.

O Banco é controlado integralmente pela StoneX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("StoneX DTVM"), líder do Conglomerado Prudencial StoneX perante o Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, quando aplicáveis, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 2/20, a Administração declara, de forma explícita e sem reservas, que estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Instituição e concluiu que não existem incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Instituição, expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços, divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pela Administração em 26 de agosto de 2026.

Instrumentos financeiros e perdas esperadas

O Banco avaliou seus ativos financeiros de acordo com os critérios de classificação e mensuração previstos na Resolução BCB nº 352/23 e na Resolução CMN nº 4.966/21, considerando o modelo de negócios adotado e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos.

Em 30 de junho de 2026, os principais ativos financeiros do Banco eram compostos substancialmente por aplicações interfinanceiras de liquidez, carteira própria de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos decorrentes de operações de câmbio.

Com base nesses critérios, as operações compromissadas e a carteira própria de títulos públicos federais foram classificadas na categoria de custo amortizado, enquanto os instrumentos financeiros derivativos permanecem classificados ao valor justo por meio do resultado.

A Instituição está enquadrada no Segmento S4 da supervisão prudencial e utiliza a metodologia simplificada para apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme regulamentação vigente. Considerando a composição de seus ativos financeiros e a reduzida exposição ao risco de crédito, a Administração concluiu que a aplicação dessa metodologia não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis:

a. Apuração do resultado:

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, reservas livres mantidas no Banco Central do Brasil (BCB) e aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c. Moeda estrangeira:

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período.

d. Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura.

Os valores referenciais dessas operações são registrados em contas de compensação, enquanto os direitos e obrigações decorrentes dos contratos são reconhecidos em contas patrimoniais.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo, sendo os ganhos e perdas reconhecidos no resultado do período.

e. Permanente:

i. Imobilizado de uso:

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos bens.

f. Provisão para imposto de renda e contribuição social:

Imposto de Renda e Contribuição Social:

A provisão para o Imposto de Renda (IR) corrente, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Os impostos diferidos sobre imposto de renda e contribuição social são fundamentados em diferenças temporárias observadas, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. Esses impostos são reconhecidos na medida em que existam lucros tributáveis futuros que permitam deduzir diferenças temporárias e

prejuízos fiscais não utilizados, exceto em situações que não envolvam combinações de negócios ou não afetem o lucro contábil e fiscal no momento da operação.

Os impostos diferidos passivos estão ligados a todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceções bem definidas. A mensuração desses impostos considera as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e busca refletir qualquer impacto direto no patrimônio líquido, sem passar pela demonstração do resultado, quando apropriado.

A Resolução BCB nº 15/20 estabelece que o reconhecimento de ativos fiscais diferidos deve ocorrer quando há uma expectativa fundamentada de geração de lucro tributável futuro e histórico comprovado de lucros em exercícios anteriores. Esses ativos e passivos são apresentados no ativo e passivo, observados os respectivos prazos de realização e liquidação

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco reconheceu ativos e passivos fiscais diferidos.

g. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 9/20 e atualizações, da seguinte forma:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;

Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são divulgadas em notas explicativas.

h. Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição avalia os eventos e transações ocorridos no período para fins de classificação entre resultados recorrentes e não recorrentes, conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não foram identificados resultados não recorrentes.

4. Segregação entre circulante e não circulante:

Em 30 de junho de 2026, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

Ativo	30/06/2026	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	34.389	34.389	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	125.692	110.200	15.492
Aplicações interfinanceiras de liquidez	110.200	110.200	-
Títulos e valores mobiliários	15.492	-	15.492
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.776	1.776	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.776	1.776	-
Ativos fiscais correntes e diferidos	8.294	6.181	2.113
Outros ativos	707	707	-
Imobilizado de uso	831	-	831
Imobilizações de uso	2.326	-	2.326
(-) Depreciações acumuladas	(1.495)	-	(1.495)
Total do ativo	171.689	153.253	18.436

	30/06/2026	Circulante	Não circulante
Passivo e patrimônio líquido			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	894	894	-
Instrumentos financeiros derivativos	894	894	-
Provisões	14.521	13.266	1.255
Sociais e estatutárias	5.893	4.638	1.255
Fiscais e previdenciárias	6.555	6.555	-
Outras	2.073	2.073	-
Obrigações fiscais correntes e diferidas	1.237	823	414
Outros passivos	44.610	40.392	4.218
Patrimônio líquido	110.427	-	-
Capital social	86.000	-	-
Reservas de lucros	14.263	-	-
Lucros acumulados	10.164	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	171.689	55.375	5.887

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o caixa e equivalentes de caixa estão representados pelos seguintes saldos:

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	34.389	9.922
Disponibilidades em moeda estrangeira	34.092	9.625
Reservas livres	297	297
Aplicações interfinanceiras de liquidez	110.200	96.800
Aplicações em operações compromissadas	110.200	96.800
Total	144.589	106.722

6. Títulos e valores mobiliários:

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta por títulos públicos federais e cotas de fundo de investimento, classificados e mensurados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21.

Composição por classificação e tipo:

	30/06/2026		31/12/2025
	Valor da carteira	Valor de mercado	Valor de mercado
Mensurados ao custo amortizado			
Carteira Própria			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.010	14.043	13.279
Vinculados à prestação de garantias			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.445	1.449	5.059
Total da Carteira	15.455	15.492	18.338

Classificação e composição por prazo de vencimento:

	30/06/2026		31/12/2025
	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira Própria	14.043	14.043	13.279
Vinculados à prestação de garantias	1.449	1.449	5.059
Total da Carteira	15.492	15.492	18.338

7. Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira, com liquidação pronta e futura, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de câmbio	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativo	(Passivo)	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Valor de referência
Compra	1.132	(598)	145.825	262	-	12.606
Venda	644	(296)	148.265	1	(174)	12.696
Total	1.776	(894)	294.090	263	(174)	25.302

8. Imobilizado de uso:

	30/06/2026	31/12/2025
Móveis e equipamentos de uso	1.381	1.352
Benfeitorias em imóveis de terceiros	945	945
Depreciações acumuladas	(1.495)	(1.352)
Total	831	945

A Administração avalia, no mínimo anualmente, a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados, conforme a regulamentação vigente. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável dos ativos.

9. Provisões:

a. Sociais e estatutárias:

O saldo refere-se à provisão para participação nos lucros e resultados (PLR) e bônus, constituída em conformidade com os programas de remuneração variável da Instituição. O montante provisionado em 30 de junho de 2026 totaliza R\$ 5.893 mil (dezembro de 2025 - R\$ 14.482 mil).

b. Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ a recolher	4.479	10.737
CSLL a recolher	2.076	7.611
Total	6.555	18.348

c. Outras:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para despesas de pessoal	1.744	1.233
Diversas	329	332
Total	2.073	1.565

10. Outros passivos:

	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	869	774
Gratificações e participações a pagar	7.843	6.632
Obrigações em moeda estrangeira	1.701	49
Valores a pagar em moeda estrangeira	32.984	9.538
Diversos	1.213	954
Total	44.610	17.947

11. Patrimônio líquido:

a. Capital social:

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Instituição era de R\$ 86.000 mil, representado por 86.000.000 ações ordinárias, nominativas escriturais e totalmente integralizadas (dezembro de 2025: R\$ 26.000 mil e 26.000.000 ações), em razão da capitalização de reserva estatutária ocorrida durante o semestre.

b. Reserva de lucros:

Em 30 de junho de 2026, o saldo das reservas de lucros totalizava R\$ 14.263 mil (dezembro de 2025 - R\$ 73.728 mil), sendo composto por reserva legal de R\$ 5.446 mil (dezembro de 2025 - R\$ 4.911 mil) e reserva estatutária de R\$ 8.817 mil (dezembro de 2025 - R\$ 68.817 mil).

A redução do saldo das reservas decorre, substancialmente, da capitalização de reservas aprovada pelos acionistas durante o semestre.

c. Lucros acumulados

O saldo de lucros acumulados em 30 de junho de 2026 totalizava R\$ 10.164 mil e corresponde ao resultado do semestre após a constituição da reserva legal.

d. Juros sobre capital próprio:

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram declarados ou pagos juros sobre capital próprio pela Instituição.

12. Transações com partes relacionadas:

A Instituição mantém transações com empresas do Grupo StoneX no Brasil e no exterior, decorrentes de suas atividades operacionais.

Os valores apresentados correspondem aos saldos líquidos entre ativos e passivos, bem como entre receitas e despesas, por contraparte.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
StoneX DTVM	(519)	(510)	(3.365)	(3.451)
StoneX Consultoria	(668)	(389)	(2.986)	(1.457)
StoneX Payments	-	(21)	-	-
Total	(1.187)	(920)	(6.351)	(4.908)

13. Remuneração do pessoal chave da Administração:

A remuneração do pessoal chave da Administração totalizou R\$ 9.820 mil no semestre findo em 30 de junho de 2026 (junho de 2025 - R\$ 7.744 mil).

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

a. Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido antes da tributação sobre o lucro (i)	23.637	21.049
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(10.637)	(9.472)
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributos:		
Sobre despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(2.899)	(2.550)
Incentivos fiscais	574	45
Demais ajustes	24	1.129
Total	(12.938)	(10.848)

(i) Deduzido de participações nos lucros.

b. Composição do crédito tributário:

	30/06/2026			31/12/2025
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças temporárias:				
MTM	(230)	(184)	(414)	(60)
Provisão para pagamento de PLR	3.434	2.747	6.181	9.501
Total do crédito tributário	3.204	2.563	5.767	9.441

c. Movimentação do crédito tributário:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	9.441	1.446
Constituição/(reversão):		
Em contrapartida de resultado do período	(3.674)	7.995
Saldo final	5.767	9.441

d. Ativos fiscais correntes e diferidos:

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos tributários	6.181	9.501
Impostos a compensar	2.113	17.218
Total	8.294	26.719

e. Obrigações fiscais correntes e diferidas:

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	13	16
Impostos e contribuições sobre salários	408	524
PIS/COFINS a recolher	397	558
Outros impostos a recolher	6	5
Obrigações fiscais diferidas	413	60
Total	1.237	1.163

15. Contingências:

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco não possuía processos judiciais classificados com risco de perda provável ou possível.

As declarações de renda e demais obrigações tributárias permanecem sujeitas à revisão pelas autoridades competentes, observados os prazos legais aplicáveis.

16. Compliance e PLD-FT:

É nosso compromisso atuar continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações vigentes através, inclusive, do combate a eventuais práticas relacionadas aos crimes de Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo, Corrupção, Proliferação de Armas de Destruição em Massa, bem como mitigação de fraudes, envolvendo nossas operações, atividades ou relacionamentos.

17. Gerenciamento de riscos:

A Resolução CMN nº 4.557/17 e atualizações posteriores dispõem sobre a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital (GIR), conforme segue:

a. Risco operacional:

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes de suas atividades. A Instituição dispõe de política e estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados a suas atividades através de processo de autoavaliação de riscos e controles, captura e registro de incidentes e perdas operacionais, monitoramento de ações corretivas e indicadores de riscos, além de processo estruturado de comunicação através de comitês. A estrutura de gerenciamento de riscos e suas ferramentas são compatíveis com a natureza e complexidade das atividades da Instituição. Este processo visa garantir a qualidade do ambiente de controles internos e garante a aderência às diretrizes locais e globais e regulamentação vigente.

b. Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, o que inclui o risco de variação das taxas de juros, preços de ações, risco de variação cambial e preço das mercadorias (*commodities*). A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado segregada das áreas de negócios proporcionando suficiente independência e autonomia para desempenho de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com políticas, procedimentos, papéis e responsabilidades, assim como metodologias e ferramentas que auxiliam o gerenciamento de risco na Instituição. A área de gerenciamento de risco de mercado estabelece limites que asseguram o alinhamento das exposições ao risco de mercado com o apetite de risco da Instituição e monitora continuamente os níveis de risco de mercado através de relatórios de estresse e sensibilidade.

c. Risco de liquidez:

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações e possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado determinadas posições. A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez segregada das áreas de negócios proporcionando suficiente independência e autonomia para desempenho de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez conta com políticas, procedimentos, papéis e responsabilidades, assim como metodologias e ferramentas que auxiliam o gerenciamento de risco na Instituição.

Em complemento, a área de gerenciamento de risco de liquidez monitora o fluxo de caixa e a composição dos recursos disponíveis, os limites mínimos de liquidez, o colchão de liquidez e fornece diretrizes para o gerenciamento e mitigação do risco de liquidez, além de contemplar o plano de contingência para situações de estresse.

d. Risco de crédito:

O risco de crédito é definido como a probabilidade de inadimplência da contraparte que ocorre quando a mesma não efetua o pagamento de suas obrigações ou quando ocorre a redução de ganhos esperados em decorrência de deterioração creditícia da contraparte. A Instituição possui políticas e procedimentos visando mitigar riscos associados a capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para honrarem suas obrigações e aprovação, de forma independente, dos limites de crédito atribuídos aos clientes. Essa mitigação do risco de crédito é realizada através de análise quantitativa e qualitativa além de acompanhamento e determinação de limites com base na avaliação de crédito da contraparte e limites de exposição internos.

e. Risco social, ambiental e climático:

A Resolução CMN nº 4.945/21 estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). A Instituição, seguindo a regulamentação vigente, e de acordo com as melhores práticas de mercado, implementou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, disponível no sítio eletrônico da Instituição, bem como declara, semestralmente, os Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas através do relatório GRSAC, conforme Resolução BCB nº 139/21.

f. Gestão de capital:

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e ao planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital da StoneX é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos abrangendo a StoneX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e o Banco StoneX S.A., ambos autorizados a funcionar pelo BACEN formando o Conglomerado Prudencial da StoneX do Brasil, definido nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21. A StoneX instituiu uma Política de Gestão de Capital, que abrange processos, procedimentos e sistemas que garantem a implementação dessa estrutura

atendendo as recomendações dos órgãos reguladores. Como parte do plano de contingência de capital da Instituição, a matriz Global do Grupo StoneX Inc. está à disposição da Administração do Conglomerado Prudencial para fornecer suporte financeiro em caso de cenários de estresse com necessidades adicionais de financiamento.

18. Outras informações:**a. Despesas de pessoal:**

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	(10.590)	(11.123)
Benefícios	(1.722)	(1.647)
Encargos sociais	(1.618)	(1.475)
Outras	(24)	(30)
Total	(13.954)	(14.275)

b. Outras despesas administrativas:

	30/06/2026	30/06/2025
Aluguéis	(507)	(457)
Processamento de dados	(642)	(754)
Propaganda e publicidade	(484)	(22)
Serviços técnicos especializados	(1.953)	(716)
Depreciação e amortização	(143)	(143)
Outras	(557)	(392)
Total	(4.286)	(2.484)

c. Despesas tributárias:

	30/06/2026	30/06/2025
PIS/COFINS	(2.682)	(6.618)
ISS	(33)	(18)
IPTU	(99)	(89)
Outros	(534)	(63)
Total	(3.348)	(6.788)

d. Outras receitas/despesas operacionais:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado com partes relacionadas	(6.351)	(4.908)
Receitas de aplicações no exterior	70	85
Outros resultados operacionais	166	(6)
Total	<u>(6.115)</u>	<u>(4.829)</u>

19. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor:

A empresa contratada para a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou, no período, serviços distintos daqueles relacionados à auditoria externa.

A política adotada pela Instituição observa os princípios que preservam a independência do auditor, incluindo a vedação à revisão do próprio trabalho, ao exercício de funções gerenciais e à defesa de interesses da Instituição.

20. Capital mínimo regulatório

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) editaram normas que revisam a metodologia de apuração do capital mínimo regulatório, com implementação gradual a partir do segundo semestre de 2026.

A Administração avaliou os impactos da nova regulamentação e entende que a Instituição possui capital suficiente para atender aos requerimentos aplicáveis durante o período de transição.

21. Ouvidoria:

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio de discagem direta gratuita (DDG) 0800 942 4685.

22. Eventos subsequentes:

Em agosto de 2026, o Banco StoneX S.A. anunciou a aquisição do Banco Travelex S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e atuante nos segmentos de câmbio e meios de pagamento.

A operação está alinhada à estratégia de expansão dos negócios do Banco StoneX S.A. no mercado brasileiro e permanece sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil (BCB) e ao cumprimento das demais condições usuais aplicáveis.

Não ocorreram outros eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

GLAUCO PUCCINELLI MONTE

Diretor Presidente

SÉRGIO RAMOS LENHARO

Contador CRC-1SP 269.242/O-3